
***Ventos de
São Fernando II
Energia S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Fernando II Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Fernando II Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Ventos de São Fernando II Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de reais

ATIVO	Notas explicativas	2023	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.746	17.179	Fornecedores	10	3.103	1.750
Contas a receber de clientes	6	3.687	4.540	Financiamentos	11	10.720	11.926
Despesas antecipadas		373	320	Impostos a recolher		146	212
Outros ativos		192	151	Provisão IRPJ e CSLL		466	1.020
Total		<u>7.998</u>	<u>22.190</u>	Dividendos a pagar		96	96
				Partes relacionadas	19	96	128
				Total		<u>14.627</u>	<u>15.132</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	7	6.246	5.668	Financiamentos	11	199.210	210.387
Imobilizado	9	281.443	289.128	Provisão para Desmobilização	9.3	4.369	1.483
Total		<u>287.689</u>	<u>294.796</u>	ICMS diferido	9.4	1.474	1.474
				Total		<u>205.053</u>	<u>213.344</u>
				Total do Passivo		<u>219.680</u>	<u>228.476</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	88.200	88.200
				Reservas de lucro		20	310
				Prejuízo acumulado	14	(12.213)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>76.007</u>	<u>88.510</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>295.687</u></u>	<u><u>316.986</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>295.687</u></u>	<u><u>316.986</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Notas explicativas	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	28.807	45.715
Custo da operação	16	(21.127)	(21.554)
LUCRO BRUTO		7.680	24.161
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(1.469)	(1.508)
Outras receitas operacionais líquidas		166	1.573
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.377	24.226
Receitas financeiras	17	1.596	2.002
Despesas financeiras	17	(18.560)	(22.772)
Variação cambial, líquida		14	14
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(10.573)	3.470
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8		
Corrente		(1.930)	(2.665)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(12.503)	805
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,14)	0,01
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Lucro (Prejuízo) líquido básico por ação		(0,14)	0,01
Lucro (Prejuízo) líquido diluído por ação		(0,14)	0,01

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(12.503)	805
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(12.503)</u>	<u>805</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Notas explicativas	Reservas de Lucro			Lucros (prejuízos)	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	acumulados	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		88.200	-	-	(399)	87.801
Lucro líquido do exercício		-	-	-	805	805
Constituição de reserva Legal		-	20	-	(20)	-
Destinação de dividendos		-	-	(96)	-	(96)
Constituição de reserva especial		-	-	386	(386)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		88.200	20	290	-	88.510
Prejuízo do exercício	14	-	-	-	(12.503)	(12.503)
Absorção de prejuízo	14	-	-	(290)	290	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		88.200	20	-	12.213	76.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Notas explicativas	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(12.503)	805
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social		1.930	2.665
Juros sobre a dívida	17	14.247	18.486
Despesas financeiras com desmobilização	17	91	96
Amortização desmobilização	9	79	38
Depreciação e amortização	9	10.401	10.398
		<u>14.245</u>	<u>32.488</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		853	(1.272)
Outros ativos		(44)	(136)
Despesas antecipadas		(53)	(19)
Fornecedores		1.353	810
Impostos a recolher		(207)	(308)
Partes relacionadas		(32)	20
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>16.115</u>	<u>31.583</u>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.343)	(1.641)
Pagamento de juros		(14.712)	(27.406)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(940)</u>	<u>2.536</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	-	(107)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>-</u>	<u>(107)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de Financiamentos		(11.919)	(4.895)
Aplicações financeiras vinculadas		(574)	(504)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(12.493)</u>	<u>(5.399)</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(13.433)</u>	<u>(2.970)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.179	20.149
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.746	17.179

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos São Fernando II Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Rodovia RN 129, Km 9,5, S/N – Zona Rural - CEP 59592-000, cidade de São Bento do Norte/RN, constituída em 28 de novembro de 2018.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Norte I Energia Ltda. (Rio Norte I), que detém 100% das ações da companhia. A Rio Norte I é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

	<u>Ações</u>	<u>% de Participação</u>
Rio Norte I Energia Ltda	88.199.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	88.200.000	100%

A Companhia tem por objeto o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público, seu controlador é a Rio Norte I Energia Ltda.

A obra de construção do parque iniciou em 01 de fevereiro de 2019 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL. A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação que é 11 de fevereiro de 2019.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Leilão nº 03/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL.	Parque Eólico São Fernando II, constituído de 21 unidades geradoras de 3.465 kw cada entrou em operação teste em 19 de setembro de 2020 e a operação comercial em 15 de dezembro de 2020.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Licenças e autorizações

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal emitiu licença de Operação Nº 2020-155494/TEC/LO-0216 com data de validade até 10 de dezembro de 2026.

O Ministério de Minas e Energia publicou a portaria nº 120, de 11 de fevereiro de 2019, autorizando Ventos de São Fernando II Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.132.033/0001-81, com sede na Rodovia RN-129, km 9,5, Fazenda São Fernando, Zona Rural, Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada São Fernando 2, no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.037075-4.01, com 69.300 kW de capacidade instalada e 30.600 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma unidades geradoras de 3.300 kW pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$6.629 em 2023 (R\$7.058 positivo em 31 de dezembro de 2022). Com base nas informações de projeção de fluxo de caixa, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamento e que a geração de fluxos de caixa futuro decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos.

Em 2023, os parques ainda estavam passando por ajustes técnicos dentro do prazo da garantia, o que resultou em períodos com disponibilidade inferior a contratada. Com os ajustes que estão sendo efetuados é esperado que, em 2024, os parques iniciem a retomada dos níveis de disponibilidade definido em contrato. Além disso, em função do não atingimento da disponibilidade definida em contrato, o fornecedor estendeu a garantia das máquinas por mais um ano. Outro ponto importante a ser considerado de acordo com estudos técnicos da consultoria em engenharia e meteorologia eólica Grupo Energia Consult, que os dois últimos anos operacionais, especialmente 2022, apresentam velocidades de vento inferiores aos valores médios esperados de longo prazo no Nordeste do Brasil.

Com base nas informações de projeção de fluxo de caixa, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista as previsões de aporte de capital para o ano de 2024, e que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamento e que a geração de fluxos de caixa futuro decorrente do contrato de fornecimento de energia, acrescida dos aportes de capital, serão suficientes para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº. 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização dos parques, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existem perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adotou os requerimentos do CPC 48 para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14. Contratos de arrendamento (“leasing”)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso dos arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (“impairment”). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, houve alterações de escopo ao CPC 32, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao CPC 32 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. A Companhia não identificou mudanças nas vidas úteis no exercício de 2023.

4.1.2. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como a taxa de desconto, conforme descrito na NE 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.3 Impairment

De acordo com a análise realizada, evidenciou-se que os ativos referentes ao parque eólico Ventos de São Fernando II estão registrados contabilmente por valores que não excedem os seus valores de recuperação. Desta forma, e com base no resultado dos cálculos realizados, se conclui que não há indicação de necessidade de serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque Ventos de São Fernando II para o ano de 2023.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta corrente	61	532
Aplicações financeiras	<u>3.685</u>	<u>16.647</u>
	3.746	17.179

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem vencimento indefinido, opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Rentabilidade	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BNB	BNB AUTOMATICO FI RF	77,39% do CDI a.a.	1.789	15.715
BRADESCO	CDBs/LETRAS	101% do CDI a.a.	883	57
ITAU	ITAU SOBERANO RF SIMPLES LP FICFI	99,81% do CDI a.a.	<u>1.013</u>	<u>875</u>
			3.685	16.647

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	<u>3.687</u>	<u>4.540</u>
Conta a Receber de Clientes	3.687	4.540
Ativo Circulante	3.687	4.540

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2023.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Até 30 dias	<u>3.687</u>	<u>4.540</u>
Conta a Receber de Clientes	3.687	4.540

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, foram abertas duas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido.

As aplicações financeiras vinculadas correspondem a quotas de aplicação financeira BNB CONTA RESERVA FIC FI RF do Banco do Nordeste.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2023	2022
Banco do Nordeste	BNB CONTA RESERVA FIC FI RF	Indefinido	92,09%do CDI % a.a.	6.246	5.668

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada no exercício de 2023 pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 12% para CSLL e 8% para IRPJ. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido

	2023	2022
Receita Bruta	29.685	47.682
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	2.375	3.815
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	3.562	5.722
Outras Receitas	1.447	1.573
Receitas Financeiras	1.610	2.016
Total Base de Cálculo IRPJ	5.432	7.404
Total Base de Cálculo CSLL	6.619	9.311
IRPJ à alíquota 25%	1.334	1.827
CSLL à alíquota 9%	596	838
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.930	2.665

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado em Operação do Sistema:

			2023	2022
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Operação do sistema:				
Computadores	20%	337	(176)	161
Móveis e utensílios e Equipamentos	10%	616	(170)	446
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	102.365	(10.445)	91.920
Máquinas e equipamentos	3,33%	206.235	(21.175)	185.060
Desmobilização		4.099	(243)	3.856
		313.652	(32.209)	281.443
				289.128

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias Terrenos e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101.662	198.795	300.457
Adições	107	-	107
Desmobilização	(1.000)	-	(1.000)
Amortização Desmobilização	(38)	-	(38)
Depreciação do exercício	(3.531)	(6.867)	(10.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	97.200	191.928	289.128
Adições	-	-	-
Desmobilização	2.795	-	2.795
Amortização Desmobilização	(79)	-	(79)
Depreciação do exercício	(3.533)	(6.868)	(10.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	96.383	185.060	281.443

9.1. Ativos dados em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores com valor residual contábil de R\$185.060 (R\$ 191.928 em 2022) foram vinculados em garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do BNB. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

9.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Para o ano de 2023, foi realizado a análise do teste de recuperabilidade dos ativos no parque eólico São Fernando II, e de acordo com os resultados obtidos concluiu-se que não há necessidade se serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque Ventos de São Fernando II objeto de tal análise.

9.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão Passiva Desmobilização

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.387
Despesa financeira	96
Reversão de Provisão	(1.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.483
Despesa Financeira	91
Remensuração de Provisão ⁽¹⁾	2.795
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.369

⁽¹⁾ No ano de 2023 a variação na provisão foi resultado da volatilidade dos preços apresentados nos orçamentos para Desmobilização dos Ativos.

9.4. ICMS Diferido

A Companhia possui ICMS diferido no valor de R\$1.474 referente às operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota.

Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

10. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	3.103	1.750

Trata-se de obrigações com fornecedores das operações da companhia. Sendo que o prazo médio para pagamento é de trinta dias.

11. FINANCIAMENTOS

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Encargos de juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
			<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BNB	FAM (a) x 2,54%	2039	10.720	11.926	199.210	210.387

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo Inicial	222.313	236.128
Apropriação de Juros	14.247	18.486
Amortização Principal	(11.918)	(27.406)
Amortização Juros	(14.711)	(4.895)
Saldo Final	209.930	222.313

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

	2023	2022
2024	-	9.336
2025	5.680	5.680
2026	6.246	6.246
2027	6.680	6.680
2028 a 2043	180.604	182.445
Total	199.210	210.387

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 35.2019.925.25759, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e Ventos de São Fernando II Energia S/A, seguem reproduzidas abaixo:

- - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS e COMERCIALIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS celebrado entre o emitente/creditado e o banco, no qual dará em garantia os direitos creditórios relativos ao provenientes dos CCEARs decorrentes do Leilão A-6/2018 – ANEEL.
- - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO/AUTORIZAÇÃO celebrado entre o emitente/creditado e o banco, o qual dá em garantias os direitos emergentes oriundos das Concessões/Autorizações concedidas pelo órgão regulador, relativas ao empreendimento objeto do financiamento.
- - CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, celebrado entre o banco e a(s) acionista(s) do emitente/creditado.
- - CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES celebrado entre o emitente/creditado e o banco, o qual dá em garantias os direitos emergentes decorrentes dos contratos firmados para a implantação, operação e manutenção, relativas ao empreendimento objeto do financiamento.
- - Constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção (O&M) em valor equivalente à maior prestação trimestral do valor anual das despesas com O&M de acordo com os contratos firmados com os fabricantes/mantenedores, a qual será vinculada em garantia de cessão fiduciária mediante aditivo a este instrumento, a ser mantida durante todo o prazo do financiamento.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas que caso sejam descumpridas geram o vencimento antecipado da dívida:

- I) contra o emitente/creditado e/ou seus condenatória transitada em julgado, em razão emitente/creditado e/ou seus dirigentes, que de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho sexual, proveito criminoso da prostituição ambiente; dirigentes de sentença da prática de atos, pelo importem em discriminação escravo, assédio moral ou crime contra o meio ambiental.
- II) decisão condenatória administrativa ou judicial, apta a produzir efeitos, que importe em

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

proibição de contratar com instituições financeiras oficiais ou com a Administração Pública, ou de receber benefícios ou incentivos creditícios, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, em razão da prática de atos ilícitos definidos em lei.

III) inadimplência do emitente/creditado em relação ao pagamento dos encargos e/ou do principal de qualquer obrigação contratada junto ao banco.

IV) existência de registro do emitente/creditado no Cadastro Informativo dos Créditos Não-quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu as cláusulas de covenants pré-estabelecidas.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 11, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 14).

12.2. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2023	2022
Dívida (a)	209.930	222.313
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	(9.992)	(22.847)
Dívida líquida	199.938	199.466
Patrimônio líquido (c)	76.007	88.510
Índice de endividamento líquido	2,63	2,25

(a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.3. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Ativos Financeiros	Nível	2023	2022
		Valor contábil	Valor contábil
<u>Custo Amortizado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	3.746	17.179
Aplicações financeiras vinculadas	2	6.246	5.668
Contas a Receber Geração de Energia		3.687	4.540
Total dos ativos financeiros		13.679	27.387
<u>Passivos Financeiros</u>			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		3.103	1.750
Financiamentos		209.930	222.313
Partes Relacionadas		192	224
Total dos passivos financeiros		213.225	224.287

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- Quando aplicável, a apuração do valor justo é determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

12.4. Objetivo da administração dos riscos financeiros

A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

12.5. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros projetada até cinco anos.

12.6. Risco de mercado

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2023
Passivos					
Fornecedores	3.103	-	-	-	3.103
Partes Relacionadas e Dividendos	192	-	-	-	192
Financiamentos	14.893	12.582	54.730	223.584	305.790
	18.188	12.582	54.730	223.584	309.085

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

12.7. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

12.8. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtiveram financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

12.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

12.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, o CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Despesa Arrendamento	445	715

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$88.200, é representado por 88.200 mil ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva de Lucros – no exercício de 2023, houve a absorção dos saldos com saldo de prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de lucro

Em 2023 não houve distribuição de lucros devido ao prejuízo gerado no exercício. Em 2022 a Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 25% do lucro líquido, após as destinações legais. A companhia apurou o lucro líquido de R\$ 805, sendo que R\$ 96 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva de lucros.

15. RECEITA

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receita bruta		
Venda de energia	29.891	47.455
Deduções da Receita:		
Impostos sobre vendas	(1.084)	(1.740)
Receita líquida	28.807	45.715

16. DESPESAS CLASSIFICADAS POR FUNÇÃO

	2023	2022
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	21.127	21.554
Gerais e Administrativas	1.469	1.508
Total	22.596	23.062
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	4.555	5.115

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encargos Uso do Sistema e Produção	5.643	5.289
Arrendamentos	445	715
Depreciação	10.484	10.436
Prêmios de Seguro	693	621
Impostos e Taxas	29	87
Outras Despesas Administrativas	434	464
Despesa com Serviços Profissionais	151	142
Despesa Assessoria e Consultoria exterior	162	193
Total	22.596	23.062

17. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	2023	2022
Receitas aplicações financeiras	1.596	2.002
Receitas financeiras	1.596	2.002
Juros sobre a dívida	14.247	18.486
Despesa Bancária	4.148	4.156
Desmobilização	91	96
Outros	75	34
Despesas financeiras	18.560	22.772

Os custos de maior relevância em despesas bancárias, referem-se à garantia do financiamento junto ao Banco BNB pelo Banco Bradesco.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

18.1. Transações comerciais

	Aquisição de Serviços	
	2023	2022
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (a)	980	1.574
Elecnor do Brasil Ltda (a)	232	66
Totais	1.212	1.640

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2023	2022
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda (b)	76	128
Elecnor do Brasil Ltda	20	-
Totais	96	128

A companhia destinou o valor de R\$ 96 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2022) de dividendos a pagar a Rio Norte I:

	Valores a pagar para acionistas	
	2023	2022
RIO NORTE I ENERGIA	96	97
Totais	96	97

18.2. Remuneração dos Administradores

VENTOS DE SÃO FERNANDO II ENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não remunera diretamente ou indiretamente os membros da administração.

A SPE é administrada através de um contrato de gestão firmado com a Enerfin do Brasil.

19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes.

Compromissos	Posição em 31/12/2023
Encargos de Transmissão	5.643
Arrendamentos	445
Total	6.088

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada à energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 17 de novembro de 2023, foi firmada a mudança de controle do Acionista Indireto da Companhia, conforme Operação de Compra e Venda entre a Elecnor S.A., na qualidade de vendedora, e Statkraft European Wind and Solar Holding S.A., na qualidade de compradora, em relação a 100% do capital social da Enerfin Sociedad de Energía, S.L.U. A operação foi aprovada pelo CADE em 12 de janeiro de 2024.

* * *